

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO, PERIFERIAS URBANAS E A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

Leonardo Fontes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9905>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO, PERIFERIAS URBANAS E A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

AUTOR: Leonardo de Oliveira Fontes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9686-7597>

lofontes@unicamp.br

RESUMO: Nas últimas décadas, a literatura sobre periferias urbanas no Brasil tem se dividido entre aqueles que destacam o potencial progressista e contestador das mobilizações e organizações sociais que surgiram nessas áreas periféricas e aqueles que apontam para um aumento do “conservadorismo popular” como base para a ascensão da extrema-direita. Este artigo busca complexificar esse quadro analítico por meio de uma análise dos “públicos” nos quais discursos progressistas e conservadores circulam entre as classes populares urbanas. O texto baseia-se em pesquisas etnográficas realizadas na periferia urbana da cidade de São Paulo e em reflexões teóricas sobre neoliberalismo e a ascensão contemporânea da extrema-direita. O artigo explora a história da mobilização social nas periferias de São Paulo e as mudanças políticas recentes para analisar como os moradores dessas áreas experimentam os conflitos políticos contemporâneos. Argumenta-se que o capital social geograficamente situado é o principal elemento coesivo dos públicos progressistas. Por outro lado, o capital moral é o elemento central a ser observado no campo conservador.

Palavras-chave: neoliberalismo, extrema-direita, periferias urbanas, autoritarismo, públicos.

AUTHORITARIAN NEOLIBERALISM, URBAN PERIPHERIES AND THE RISE OF THE EXTREME RIGHT IN BRAZIL

ABSTRACT: In recent decades, the literature on urban peripheries in Brazil has been divided between those who highlight the progressive and contesting potential of the mobilizations and social organizations that have emerged in these peripheral areas and those who point to an increase in “popular conservatism” as the basis for the rise of the far right. This article seeks to complexify this analytical framework by analyzing the “publics” in which progressive and conservative discourses circulate among the urban popular classes. The text is based on ethnographic research carried out in the urban periphery of the city of São Paulo and on theoretical reflections on neoliberalism and the contemporary rise of the far right. The article explores the history of social mobilization in the peripheries of São Paulo and recent political changes to analyze how residents of these areas experience contemporary political conflicts. It is argued that geographically situated social capital is the main cohesive element of progressive publics. On the other hand, moral capital is the central element to be observed in the conservative field.

Keywords: neoliberalism, far-right, urban peripheries, authoritarianism, publics.

INTRODUÇÃO

Em 2018, o Brasil elegeu Jair Bolsonaro como Presidente da República. Após uma carreira militar interrompida precocemente e décadas como parlamentar sem grande destaque, Bolsonaro nunca escondeu seu perfil conservador e autoritário em entrevistas e pronunciamentos públicos, defendendo explicitamente a ditadura militar brasileira (1964-1985) e seus métodos violentos. Ao lançar sua candidatura presidencial, Bolsonaro anunciou que seu Ministro da Economia seria Paulo Guedes, um economista ultraneoliberal, formado na Universidade de Chicago e com experiência profissional no mercado financeiro.

Inicialmente, analistas políticos apontaram possíveis contradições entre o pensamento de Bolsonaro, mais inclinado ao estatismo militar, e o neoliberalismo de seu futuro ministro. No entanto, essas tendências potencialmente contraditórias se amalgamaram de forma coesa entre seus apoiadores e dentro de seu governo (Cavalcante, Chaguri & Nicolau Netto, 2021).

Bolsonaro não foi reeleito em 2022, mas durante seu mandato, manteve um apoio popular superior a 30% e obteve 49,1% dos votos no segundo turno contra Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). O alto e duradouro apoio social que obteve, apesar da gestão desastrosa da pandemia de Covid-19 e da incapacidade de apresentar soluções de políticas públicas para os principais problemas do país, expressa que a base social do bolsonarismo é ideologicamente coerente e heterogênea em termos de geração, educação, renda e ocupação (Chaguri & Amaral, 2023).

Este artigo tem como objetivo examinar o apoio à extrema-direita e sua contestação entre os moradores das periferias urbanas, com foco especial nas periferias da cidade de São Paulo. Nas últimas décadas, as periferias de São Paulo foram palco de mobilizações políticas significativas que formaram a base do principal partido de esquerda do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) (Sader, 1988), o que levou cientistas sociais a enfatizarem o caráter progressista dos movimentos sociais periféricos e a negligenciarem a parte conservadora desses territórios.

Nas últimas décadas, no entanto, a periferia de São Paulo pareceu estar progressivamente se inclinando para a direita em termos de preferências eleitorais e, em 2018, deu a maioria de seus votos a Jair Bolsonaro (Richmond & McKenna, 2023). Nesse contexto, é notável a tentação de "culpar os pobres" pela guinada à direita, especialmente em análises de comentaristas na imprensa e nas redes sociais. No entanto, as últimas eleições contradisseram a hipótese de uma mudança permanente para a direita, quando Lula venceu as eleições nessas áreas, posicionando as periferias urbanas mais como áreas de oscilação do que como consolidadas em termos de preferências políticas.

De uma perspectiva sociológica, vários autores buscaram explicações para esse novo comportamento político em processos históricos que se desenrolam nas periferias urbanas brasileiras. Alguns apontaram a centralidade da expansão das igrejas cristãs evangélicas (Côrtes, 2021; Almeida, 2019); outros enfatizaram a “expansão do mundo do crime” e as ações das forças policiais e pastores evangélicos em meio às mudanças nos regimes normativos que operam nessas partes da cidade (Feltran, 2020; 2021); alguns destacaram a frustração com a mobilidade social interrompida experimentada nos governos anteriores do PT (Junge et al., 2023); outros enfatizam uma associação dessa lógica de sucesso individual com a precarização do trabalho e a expansão do trabalho por meio de plataformas digitais (Pinheiro-Machado, 2023), e outros buscam apontar as condições sociais, fatores organizacionais locais e experiências subjetivas que poderiam influenciar o comportamento dos eleitores (Richmond & McKenna, 2023).

Este trabalho visa contribuir para esse debate ao analisar as dinâmicas históricas e as mudanças sociais, políticas e econômicas observadas nas periferias de São Paulo nas últimas décadas. Para destacar a heterogeneidade social e a complexidade das periferias urbanas, pretendemos explorar o confronto entre "públicos"¹ situados em posições subalternizadas na sociedade brasileira tanto à direita quanto à esquerda, que moldaram a visão de mundo e a orientação política dos moradores da periferia.

O comportamento eleitoral não pode ser tratado como a única expressão da posição política de um grupo social heterogêneo como os moradores das periferias urbanas, pois sua natureza conjuntural pode mascarar processos sociais mais profundos (Richmond & McKenna, 2023). Portanto, as reflexões aqui apresentadas baseiam-se em pesquisa etnográfica conduzida nas periferias de São Paulo desde 2015. Nessas áreas, adotei uma série de procedimentos metodológicos, incluindo entrevistas em profundidade, análise de histórias de vida e observação participante em locais estratégicos, para compreender os impactos e percepções dos processos políticos e econômicos que se desenrolaram no país nos últimos anos.

Minha primeira abordagem às periferias de São Paulo foi focada na análise do processo de mobilidade social que as classes baixas experimentaram a partir de meados dos anos 2000 e na primeira metade da década de 2010. Estava principalmente preocupado com os impactos do crescimento da heterogeneidade socioeconômica nessas áreas (Fontes, 2018a; 2018b) e com seus impactos na sociabilidade local (Fontes, 2022a) e na mobilização política (Fontes 2020a; 2020b). Minha primeira entrada no campo foi por meio de uma pesquisa que apliquei em cerca de 400 residências em dois bairros periféricos diferentes de São Paulo. Isso me permitiu mapear alguns hábitos e opiniões políticas de diferentes grupos que vivem nessas áreas. Posteriormente, meus interesses de pesquisa buscaram seguir o que o campo me apresentou como relevante. Assim, também estudei os impactos da pandemia de Covid-19 nessas áreas (Fontes, 2021b) e as relações entre "trabalhadores" e aqueles envolvidos em atividades criminosas (Fontes, 2022c). Mais recentemente, tenho me preocupado especialmente com o avanço do neoliberalismo e a disseminação do discurso em torno do empreendedorismo entre os moradores das periferias (Fontes, 2023b).

¹ A noção de que há múltiplos públicos surge do questionamento inicial feito por Fraser (1990) a respeito da compreensão de esfera pública de Habermas (1989), que ignora a exclusão de certos grupos do discurso público dominante. Nessa interpretação, os públicos são formados por meio da circulação de textos, fotos, vídeos, performances e outras formas discursivas e podem ser mais ou menos institucionalizados e ocupar posições dominantes ou subordinadas (Rocha & Medeiros, 2023).

A principal contribuição que este artigo pretende oferecer à literatura sobre a ascensão da extrema direita no Brasil e sua relação com as dinâmicas urbanas está na busca por conexões sociológicas que nos permitam entender as disputas políticas atuais nas periferias urbanas. Argumento que devemos observar as relações que os sujeitos estabelecem em suas vidas cotidianas com o estado, o mercado e a sociedade civil, bem como a multiplicidade de "públicos" que emergem dessas interações. A principal hipótese que busco defender sugere que o capital social geograficamente situado (Blokland & Savage, 2008) é o principal elemento coesivo dos públicos progressistas. Por outro lado, o capital moral (Wilkins, 2018) é o elemento central a ser observado no campo conservador.

Este artigo está dividido em seis partes, além desta introdução. Na próxima seção, apresento uma discussão teórica sobre o caráter autoritário do neoliberalismo. Em seguida, discuto as características particulares do neoliberalismo no Brasil. Depois, analiso a história da urbanização brasileira e a formação de públicos progressistas nas décadas de 1970 e 1980 que defendiam a democracia e os direitos sociais. Mais tarde, abordo o fracasso dessa promessa democrática e como novos públicos à direita se formaram e, em seguida, os novos públicos à esquerda. Finalmente, apresento algumas considerações finais nas quais busco analisar teoricamente a possível conexão dos públicos de esquerda através do capital social e dos públicos de direita através do capital moral.

1. NEOLIBERALISMO E A (RE)EMERGÊNCIA DO AUTORITARISMO

O interesse pela conexão entre autoritarismo e neoliberalismo não é totalmente novo na literatura acadêmica. No entanto, eventos da última década ampliaram o interesse político sobre o tema e reforçaram a importância de analisar as conexões práticas, ideológicas e subjetivas entre eles.

Para alguns autores, a relação entre neoliberalismo e autoritarismo é intrínseca, ou seja, o reforço do braço coercitivo e autoritário do estado é inerente ao projeto neoliberal à medida que seu aspecto social é enfraquecido (Wacquant, 2001). Wacquant argumenta que, quando carreiras estáveis, consumo em massa e uma sociedade de classe média são substituídos por um aumento da pobreza e empregos instáveis e de baixa qualidade, a implosão da sociedade deve ser contida por prisões, polícia e violência.

Mais recentemente, Brown (2015) buscou conectar Marx e Foucault para afirmar que o neoliberalismo está silenciosamente dismantelando elementos básicos da democracia liberal representativa. Ela argumenta que a privatização econômica neoliberal é

profundamente subversiva para a democracia, pois gera desigualdade, exclusão, privatização de bens comuns, o fortalecimento da plutocracia e um imaginário democrático profundamente obscurecido.

Além disso, estaria em andamento uma segunda ordem de privatização, relacionada à promoção de “família” ou valores morais antidemocráticos. Dessa forma, elementos excludentes como o patriarcado, a tradição, o nepotismo e certas vertentes do cristianismo colocam-se como desafios legítimos à inclusão, autonomia, direitos iguais, limitações de conflitos de interesse, secularismo e o princípio da igualdade. Com isso, a “esfera pessoal” é empoderada contra o social e é expandida para abranger a própria nação. Para assegurar e proteger essa esfera pessoal, o lado autoritário do estado é reforçado sob a forma de leis, policiamento e defesa. O efeito colateral disso são os ataques a imigrantes, pessoas LGBTQIAPN+, muçulmanos, negros, judeus e mulheres, que hoje são alvo de uma crescente e entusiástica direita radical (Brown, 2018).

Entre os que defendem a necessidade de empregar novos conceitos para entender a fase atual do capitalismo global e suas conexões com a ascensão da extrema-direita, Hendriske advoga a ideia de “neo-iliberalismo.” Segundo ele, o fechamento democrático estaria servindo como o “revestimento tóxico protetor” que pode “proteger o núcleo econômico do projeto neoliberal da resistência popular” (Hendriske, 2018: 3). Assim, a guinada autoritária liderada por líderes de extrema-direita seria um meio de proteger o projeto neoliberal e mantê-lo intacto em meio à sua crise de legitimidade após a crise econômica de 2008.

Dessa forma, apesar da retórica nacionalista ou protecionista dos governos de extrema-direita, “a infraestrutura neoliberal que sustenta o capitalismo global permanece amplamente intacta”, seja do ponto de vista do comércio, do sistema financeiro global ou de suas instituições regulatórias (Hendrikse, 2018: 4). Assim, não há contradição entre a defesa da extrema-direita e as agendas neoliberais. Na verdade, “o neo-iliberalismo pode ser visto como uma ‘solução’ política para continuar e proteger o projeto neoliberal por meio de diferentes meios” (Hendriske, 2021: 80).

Hendriske faz uma contribuição significativa para a compreensão da ascensão contemporânea dos projetos autoritários ao enfatizar o papel das tecnologias de informação e comunicação na concretização de seus objetivos. Ele argumenta que a ideia de neo-iliberalismo é mais adequada do que a noção de “neoliberalismo autoritário”, pois destaca a centralidade da digitalização generalizada na construção de novas formas de governo

totalitário que, diferentemente do autoritarismo, buscam controlar todos os aspectos da vida e, portanto, são geralmente considerados iliberais (Hendriske, 2021).

Por outro lado, Bruff (2014) parte das análises de Stuart Hall e Nicos Poulantzas para enfatizar a redução do caráter ideológico e a emergência de questões morais como elemento legitimador do “neoliberalismo autoritário.” Segundo ele, o autoritarismo não deve ser visto apenas como o exercício de força coercitiva bruta. Ele também pode ser observado na reconfiguração do poder estatal e institucional, numa tentativa de isolar certas políticas e práticas institucionais da dissidência social e política.

Em consonância com as interpretações apresentadas anteriormente, Bruff afirma que o neoliberalismo autoritário não representa uma ruptura completa com as práticas neoliberais em voga antes de 2007, mas é qualitativamente distinto devido à forma como as tendências autoritárias dentro do neoliberalismo estão ganhando terreno, como a natureza cada vez mais punitiva das políticas penais e criminais. Além disso, na fase autoritária atual do neoliberalismo, há menos espaço para concessões e formas de compromisso dos grupos sociais dominantes para com os grupos subordinados. Isso leva a uma expansão da exclusão e marginalização, explicitada por meio do “auto-desempoderamento constitucional e legalmente engenhado das instituições, governos e parlamentos nominalmente democráticos” (Bruff, 2014: 116). Assim, pode nem mesmo haver a necessidade de discursos de justificação sobre o neoliberalismo como “socialmente desejável” e “economicamente eficiente”.

Em vez disso, o neoliberalismo autoritário apela para “valores morais” e, portanto, o papel forte do Estado em defendê-los. Nesse sentido, o apelo à lei e à ordem, por meio de “‘mais policiamento, penas mais duras, melhor disciplina familiar, taxas crescentes de criminalidade como um índice de desintegração social’, buscou unir as pessoas à necessidade de autoridade para proteger as normas civilizadas de comportamento que estariam em risco devido a uma explosão de ilegalidade”. Assim, uma série de “pânicos morais” são ativados para garantir o consentimento autoritário (Hall, 1985 apud Bruff, 2014: 118).

Os processos que Wacquant descreve em relação à gestão urbana no neoliberalismo e o “desfazimento do demos” apontado por Brown estão fortemente presentes na história recente do Brasil. Da mesma forma, os processos de iliberalização institucional como um “ajuste político” e a centralidade da tecnologia da informação destacados por Hendriske são cruciais para a ascensão da extrema-direita no Brasil (Rocha & Medeiros, 2021). No entanto, para este texto, seguiremos com o conceito de neoliberalismo autoritário, pois a ênfase que

Bruff dá à dimensão moral da legitimação do caráter autoritário da fase atual do neoliberalismo é crucial para entender o caso brasileiro.

O neoliberalismo será entendido aqui como uma tentativa de atualizar o projeto liberal destacado por Polanyi (2001). Este projeto compreende a radical mercantilização de três “mercadorias fictícias”: natureza, dinheiro e trabalho. A novidade do neoliberalismo pode ser encontrada na adição de um elemento de subjetivação através da ideia de *homo oeconomicus* e na disseminação da lógica de mercado para outras esferas, como o Estado, conforme identificado por Foucault (2008). Como resultado, a política e a sociedade são constituídas de acordo com a lógica de mercado (Dardot e Laval, 2016). O neoliberalismo autoritário, além de reforçar as práticas violentas de subjetivação e imposição da mercantilização dessas “mercadorias fictícias” através da força, enfatiza o caráter moral da legitimação anteriormente legado ao escopo da ideologia, o que coaduna bem com os processos de subjetivação destacados por Foucault.

2. AS ESPECIFICIDADES NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO BRASILEIRO

Embora o processo brasileiro de transição para o neoliberalismo autoritário tenha semelhanças com outros processos ao redor do mundo, algumas particularidades precisam ser destacadas. Ao analisar a realidade concreta de cada sociedade, o neoliberalismo é melhor concebido não como um conjunto específico de estruturas ou políticas econômicas, mas como uma lógica que pode ser adaptada e fundida com culturas e modos de vida anteriores em cada contexto (Freeman, 2014). Nas bases da sociedade, o neoliberalismo é alvo de transformações e resistências (Gago, 2018), constituindo formas híbridas de governamentalidade (Andrade & Côrtes, 2022).

A ideologia neoliberal chegou ao Brasil no final dos anos 1980, com a eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992) como presidente. Apesar da vitória de um candidato de direita, foi um período de significativa mobilização social das classes trabalhadoras e populares contra a ditadura militar (1964-1984). Como resultado, a Constituição Federal de 1988 deu grande ênfase à universalização dos direitos sociais e à proteção dos trabalhadores. Assim, o avanço do neoliberalismo no Brasil não ocorreu por meio do dismantelamento de um estado de bem-estar social previamente existente, mas aconteceu em meio a uma disputa política entre os defensores da intervenção mínima do Estado e aqueles que apoiavam um papel mais ativo do Estado na garantia de direitos universais, como saúde, educação e seguridade social. Ambos os lados se opunham ao Estado intervencionista e autoritário

representado pelo regime militar, produzindo confluências perversas nos anos seguintes (Dagnino, 2004).

Em um contexto de alta inflação, o principal ponto em que as forças de mercado operaram para implementar o neoliberalismo no Brasil foi o desmantelamento de um Estado que promovia o desenvolvimento econômico. As administrações de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) conseguiram avançar na mercantilização do dinheiro (Polanyi, 2001) por meio do estabelecimento do que ficou conhecido como o tripé macroeconômico: taxas de câmbio flutuantes, metas de inflação e superávits primários no orçamento. Assim, o livre fluxo de capitais, a autonomia funcional do Banco Central e a austeridade fiscal constituíram o núcleo do discurso neoliberal no Brasil e foram associados ao processo de estabilização monetária dos anos 1990, combinado com uma política agressiva de privatização de serviços e empresas públicas. Como resultado, o processo de expansão dos direitos sociais, especialmente na educação, saúde e assistência social, não foi completamente interrompido, mas foi retardado e enfraquecido devido à alegada incapacidade do Estado de financiar esses programas.

Com um discurso contrário às privatizações e em defesa da consolidação dos direitos sociais consagrados na Constituição de 1988, o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu as eleições presidenciais quatro vezes consecutivas com Lula (2002-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016). Embora não tenham rompido com a lógica neoliberal de mobilidade de capitais e austeridade fiscal nem reverter o processo de desindustrialização em curso, os governos do PT tentaram avançar em agendas importantes de proteção social e dos trabalhadores, estendendo essas proteções a grupos historicamente excluídos, como trabalhadores autônomos e domésticos². Esse período de uma década e meia de governos progressistas também possibilitou significativa mobilidade social, afetando principalmente os trabalhadores na base da pirâmide social, especialmente moradores de favelas e periferias urbanas (Fontes, 2022b).

No entanto, em 2016, em meio à queda de popularidade e aos escândalos de corrupção denunciados pela controversa “Operação Lava Jato”, Dilma Rousseff passou por um processo de impeachment igualmente controverso e foi afastada da presidência. Em seu lugar, Michel Temer assumiu o cargo com um programa de governo que apresentou reformas

² Exemplos disso são a promulgação da Emenda Constitucional 72 de 2013, conhecida como PEC das domésticas e a criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI), em 2008. Cumpre destacar que ambos os casos tiveram efeitos limitados na proteção desses grupos. A figura do MEI é frequentemente utilizado como mecanismo de precarização ou flexibilização de relações de trabalho.

liberalizantes em áreas como relações de trabalho, previdência social e extrema austeridade fiscal.

Temer aproveitou o momento político turbulento para aprovar reformas impopulares, como a flexibilização dos direitos trabalhistas (Krein, Oliveira e Figueiras, 2019) e uma austeridade fiscal radical, limitando os gastos sociais adicionais do governo federal à inflação do ano anterior. Temer também trouxe diversos militares de volta à política. O ponto culminante desse processo foi o decreto de intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro, sob a liderança de um General do Exército.

Nesse cenário, em meio a uma crise de popularidade que afetava toda a classe política, o “outsider” Jair Bolsonaro emergiu como o candidato da direita à Presidência da República. O governo de Bolsonaro perseguiu agendas liberalizantes que haviam enfrentado resistência da sociedade no passado, como a independência do Banco Central e a reforma da previdência. Além disso, medidas administrativas enfraqueceram o principal programa de assistência social do país, o Bolsa Família posteriormente rebatizado de Auxílio Brasil. Ademais, seu governo avançou no desmantelamento de mecanismos de proteção ambiental, promovendo a mercantilização radical da natureza, o terceiro elemento identificado por Polanyi (2001) como alvo da “utopia liberal”.

Bolsonaro alinhou esse discurso pró-empresa privada a uma agenda fortemente vinculada a valores morais e religiosos, direcionada principalmente contra os direitos de grupos marginalizados, como mulheres, pessoas negras, indígenas e a população LGBTQIAPN+. Consequentemente, sua agenda política combinou conservadorismo e neoliberalismo, unindo a rejeição à intervenção do Estado na economia e à universalização dos princípios da cidadania (Cavalcante; Chaguri & Netto, 2021). Bolsonaro radicalizou o individualismo neoliberal e inverteu retoricamente os significados de liberdade e proteção. Em vez de garantir liberdades individuais por meio de direitos civis e proteger trabalhadores e minorias das forças de mercado, suas políticas e palavras focaram na “proteção” dos valores tradicionais e da propriedade privada.

Assim, ele reivindica uma “liberdade” baseada em valores da esfera privada que deveriam orientar a conduta pública das pessoas (Brown, 2018). Nessa lógica, os indivíduos devem ser “livres” para atacar aqueles que se desviam dos valores dominantes e para defender sua família e propriedade, inclusive com o uso de armas de fogo.

A carreira política de Bolsonaro centrou-se na defesa das forças de segurança pública e em prestar homenagem a policiais envolvidos em episódios de assassinato e tortura. As

conexões pessoais dele e de seus filhos apontam para o envolvimento da família Bolsonaro com milícias no Rio de Janeiro, que intimidam moradores de áreas pobres em troca de serviços como segurança, TV a cabo e transporte público, entre outros (Manso, 2020). Conseqüentemente, o recuo do Estado na proteção econômica e na garantia de direitos encontrou forte afinidade com a facilitação do acesso civil a armas de fogo e munições, a promoção ilegal da ação estatal contra grupos criminosos para garantir a “lei e a ordem” e os ataques a defensores dos direitos humanos.

Em suma, Bolsonaro efetivamente traduziu esse novo momento global de neoliberalismo autoritário para o contexto brasileiro. Da mesma forma, não estamos assistindo ao declínio do neoliberalismo, mas à sua reformulação por meio de uma fusão com ideais nacionalistas de extrema-direita e um programa político autoritário, envolto em uma justificação moralizante e conservadora.

A preocupação central deste artigo, no entanto, é analisar como esse amálgama ideológico entre neoliberalismo, conservadorismo e autoritarismo encontrou ressonância entre grupos marginalizados que habitam periferias urbanas e quais discursos alternativos são mobilizados por esses grupos, o que será feito nas próximas seções.

3. DA URBANIZAÇÃO AUTORITÁRIA À PROMESSA DEMOCRÁTICA

O processo de urbanização em São Paulo é marcado por processos autoritários e excludentes. No início do século 20, a cidade começou seu processo de industrialização, atraindo um número cada vez maior de imigrantes. Diante da deterioração das condições urbanas, incluindo a proliferação de moradias insalubres para trabalhadores na área central e o aumento da poluição dos rios e córregos que cruzavam a cidade, surgiram planos de reforma urbana e saneamento.

Em 1938, Francisco Prestes Maia foi nomeado prefeito da cidade durante a ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945). Durante sua gestão, ele iniciou a implementação de seu “Plano de Avenidas”, formulado alguns anos antes. Esse plano envolvia a construção de vias expressas sobre os canais de rios canalizados. Simultaneamente, permitiu o saneamento ambiental da parte central da cidade, à medida que rios poluídos foram aterrados, retificados e canalizados, bem como a limpeza social por meio da expulsão das populações de baixa renda para as periferias da cidade.

Essas reformas iniciaram um padrão de segregação residencial que prevaleceu principalmente entre as décadas de 1940 e 1980. Esse padrão foi caracterizado por grandes distâncias que separavam os moradores do centro rico da cidade dos desfavorecidos nas periferias precárias. Como resultado, o rápido crescimento populacional desse período foi absorvido por áreas periféricas com infraestrutura básica limitada ou inexistente, incluindo água, eletricidade, esgoto, vias, transporte público, educação e serviços de saúde pública (Caldeira, 2000).

Após um breve período de democracia entre 1946 e 1964, o Brasil experimentou mais duas décadas de ditadura militar (1964-1984). Esse período coincidiu com o auge da industrialização de São Paulo e seu maior crescimento populacional. Kowarick (1979) destacou a sobreposição entre a exploração que esses trabalhadores enfrentavam na esfera laboral e uma série de extorsões impostas aos moradores da periferia – que ele chama de “espoliação urbana” – devido à ausência ou inadequação dos serviços de consumo coletivo.

No final da década de 1970, as populações trabalhadoras urbanas começaram a se organizar em torno de dois públicos que galvanizaram o descontentamento social com as condições de vida e trabalho nas periferias de São Paulo (Sader, 1988). O primeiro desses públicos estava diretamente relacionado à esfera do trabalho e ficou conhecido como o “novo sindicalismo”. O “novo sindicalismo” buscava romper com o sindicalismo autoritário e corporativo que prevaleceu no Brasil desde a década de 1930 e exigia melhores condições de trabalho, principalmente por meio da mobilização de metalúrgicos na área metropolitana de São Paulo.

O segundo público que emergiu durante esse período teve suas origens na Igreja Católica progressista, particularmente na chamada “teologia da libertação”, e se organizou por meio das Comunidades Eclesiais de Base. Esses grupos deram origem a associações de bairro, Clubes de Mães e movimentos sociais que reivindicavam melhorias na infraestrutura urbana e nas condições de vida nas regiões periféricas da cidade (Sader, 1988). Assim, a mobilização popular nesse período apresentava uma face voltada para o processo econômico de produção e outra voltada para o lado societal da reprodução social. A luta pela redemocratização na década de 1980 com o movimento das “Diretas Já” completou a tríade de mobilização social nesse período.

A queda da ditadura militar e o processo constituinte na segunda metade da década de 1980 trouxeram consigo uma promessa de consolidação democrática. Havia uma expectativa e um projeto político em que o trabalho assalariado se tornaria disseminado, e os

direitos sociais seriam universalizados, garantindo a proteção do trabalho e a melhoria das condições de vida urbana. Nesse projeto, como consequência do estabelecimento da democracia, os direitos humanos seriam respeitados, e a questão da violência urbana seria enquadrada em uma perspectiva democrática.

No entanto, a implementação desses direitos recém-adquiridos foi acompanhada pelo avanço da agenda neoliberal, conforme apontado anteriormente. Apesar disso, o projeto de consolidar a democracia respeitando os direitos humanos, universalizando os direitos sociais e ampliando as oportunidades econômicas continuou a orientar a agenda progressista de alguns movimentos sociais e do Partido dos Trabalhadores em seus programas de governo nos anos 1990 e 2000. No entanto, a base social sobre a qual esse projeto buscava se formar passou por mudanças significativas.

4. O FRACASSO DA PROMESSA DEMOCRÁTICA E A FORMAÇÃO DE NOVOS PÚBLICOS CONSERVADORES

As periferias urbanas do Brasil, especialmente em São Paulo, passaram por três processos transformadores durante as décadas de 1990 e 2000. Esses processos deram origem a públicos distintos, que, por sua vez, pavimentaram o caminho para o movimento neoliberal autoritário e conservador liderado por Jair Bolsonaro.

A primeira transformação está relacionada às dinâmicas e expectativas em relação ao mundo do trabalho. A prolongada crise econômica, que começou no final dos anos 1970, a flexibilização do mercado de trabalho e a reestruturação produtiva, que levou ao declínio dos empregos industriais nas periferias de São Paulo, trouxeram profundas consequências para a identidade dos trabalhadores e sua capacidade de mobilização. Embora a precariedade e a informalidade no mercado de trabalho historicamente fossem a norma nas periferias urbanas brasileiras, a perda do horizonte normativo do emprego estável e de um salário digno tiveram impactos significativos nas perspectivas e nos projetos dos trabalhadores urbanos (Fontes, 2021a; 2022b).

Ao mesmo tempo, discursos em torno da ideia de meritocracia e incentivos para que os moradores da periferia se tornassem empreendedores autônomos cresceram fortemente. Essa mensagem, com uma forte dimensão simbólica e ideológica voltada para ganhar a adesão e a convicção dos trabalhadores, impactou diretamente a autoimagem e a visão de mundo desses sujeitos (Machado da Silva, 2002; Tommasi & Corrochano, 2020).

No nível do bairro, observei ao longo da minha pesquisa que essa visão de mundo criou fraturas internas na identidade e subjetividade dos trabalhadores. Alguns dos meus interlocutores projetam uma autoimagem de “trabalhador esforçado” que merece progresso econômico e material. Em contraste, a maioria de seus vizinhos passou a ser vista como “preguiçosos”, “acomodados” ou “vagabundos” que, muitas vezes, viveriam às custas de programas sociais e, portanto, não teriam direito ao mesmo nível de mobilidade social (Fontes, 2022b). Em continuidade com a oposição entre “trabalhadores” e “bandidos”, identificada em pesquisas urbanas desde a década de 1980 (Zaluar, 1985), delineia-se um clara linha moral que legitimaria o progresso de uns e a estagnação de outros. Reforçar essa divisão moral como forma de se justificar é, portanto, do interesse de parte dos moradores das periferias urbanas que alcançaram alguma melhoria material nas últimas décadas.

Diante da precariedade do trabalho, da reestruturação produtiva e do enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores, o público em torno do “novo sindicalismo” se dissolveu (Galvão et al., 2019). Essa mudança abriu caminho para uma abordagem mais individualista para enfrentar os desafios econômicos vividos pelos moradores urbanos nas periferias. Assim, emergiu um público receptivo às mensagens que defendiam o empreendedorismo neoliberal enraizado na precariedade urbana³ (Fontes, 2023b). A subjetividade neoliberal encontrou, portanto, bases sociais onde poderia se enraizar ao se articular com práticas há muito existentes entre os trabalhadores pobres urbanos que sempre precisaram “se virar” para sobreviver. Assim, ainda que essa população mais pobre siga defendendo a ação do Estado em áreas sociais como saúde e educação, há um espaço para crescimento de discursos que valorizam condutas morais como a autogestão e a responsabilização individual sobre o sucesso econômico, revelando o caráter híbrido do neoliberalismo nesses territórios (Andrade e Côrtes, 2022).

A segunda mudança significativa aconteceu no campo religioso. O catolicismo progressista, de onde surgiram as Comunidades Eclesiais de Base, vinha perdendo força no arcabouço institucional da Igreja desde a década de 1980. Isso coincidiu com um período de declínio do catolicismo no Brasil. Em 1990, os católicos representavam cerca de 80% dos moradores da região metropolitana de São Paulo. Em 2000, eram cerca de 67% e, em 2010, menos de 57%, de acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de

³ Tenho argumentado que a questão do empreendedorismo deve ser analisada em sua complexidade para além da mera dissuasão da “razão neoliberal” (Fontes, 2023a e 2023b). No entanto, como aponto em Fontes (2023b) há uma fatia da população que adere a esse público, em grande medida por suas práticas anteriores e da precariedade presente em suas vidas por décadas.

Geografia e Estatística (IBGE). Ao mesmo tempo, os cristãos evangélicos passaram de cerca de 8% em 1990 para cerca de 16% em 2000 e chegaram a aproximadamente 22% em 2010.

Nas religiões cristãs evangélicas, o incentivo à solidariedade, reciprocidade e redes de confiança tende a priorizar os “irmãos de fé”, ou seja, aqueles que compartilham a mesma religião. Como resultado, os evangélicos tendem a participar menos de outras formas de associação, como partidos políticos, sindicatos, associações de bairro e espaços recreativos comuns, uma vez que as igrejas competem pelo tempo livre de seus fiéis criando espaços de socialização dentro da própria igreja (Almeida, 2004).

No *survey* que realizei nos dois bairros onde fiz meu trabalho de campo de doutorado, em 2015, constatei que a participação dos moradores em associações religiosas, como “grupos de fé”, foi a atividade coletiva mais frequentemente mencionada pelos respondentes, totalizando mais de 27% das respostas. Essa taxa é de cinco a seis vezes maior do que aqueles que afirmaram participar de atividades político-institucionais, como associações, conselhos, sindicatos ou partidos políticos, revelando um certo grau de competição de tempo entre essas diferentes atividades associativas (Fontes, 2018). Como resultado, o público católico progressista perdeu sua base de apoio, abrindo espaço para a emergência de um público mais próximo das igrejas cristãs evangélicas, menos universalistas nos aspectos sociais e mais conservador em termos morais.

Esse público muitas vezes tem a igreja como seu principal espaço de sociabilidade no bairro. Durante meu trabalho de campo, não é incomum ouvir frequentadores de religiões evangélicas dizerem que suas vidas poderiam ser resumidas em “trabalho, casa e igreja”. Portanto, uma terceira fonte significativa de suporte pessoal para esse grupo é o lar, ou seja, a família.

Desde a década de 1980, pesquisadores apontam para a centralidade da unidade familiar para os moradores das periferias urbanas, uma vez que ela funciona como uma unidade de cooperação econômica (Durham, 1978) e um contrapeso às tendências individualizantes da cidade (Sader, 1988). O reforço moral da família funciona como um espaço para a formação de um conjunto de valores e como um espaço para a construção de projetos coletivos de mobilidade social. Nesse sentido, pesquisas entre grupos conservadores da periferia de São Paulo na década de 1980, já mostravam que a família era “a grande fortaleza” que deveria ser defendida “contra todas as agressões” (Pierucci, 1987).

Essa visão sobre a importância moral da família tem suas raízes no catolicismo, que foi predominante ao longo da história brasileira e é reforçada pela maioria das igrejas

evangélicas atualmente. Além disso, em muitas dessas igrejas neopentecostais há uma disseminação de discurso que encontra afinidades eletivas com a subjetividade neoliberal em que “ser empreendedor significa livrar-se da submissão contida na posição de empregado subalterno à autoridade arbitrária do patrão” (Côrtes, 2021).

Assim, o segundo público que emergiu nas periferias de São Paulo está situado em torno do conservadorismo religioso e familiar, esferas fundamentais de formação ética, apoio coletivo e disseminação de discursos que propagam uma determinada visão de mundo nas periferias. Assim como no caso do empreendedorismo de caráter neoliberal, há um espaço para o enraizamento desse discurso em valores previamente existentes e disseminados. Além disso, em ambos os casos o aspecto moral que justifica ou ao menos projeta o sucesso de quem se comporta como “pai de família”, “trabalhador duro” e “cristão” é evidente.

A terceira mudança significativa a destacar diz respeito à violência urbana e suas implicações para a segurança pública. Durante as décadas de 1980 e 1990, as taxas de crimes contra a vida e o patrimônio cresceram constantemente nas periferias da cidade (Fontes, 2022c)⁴. A explosão de homicídios na década de 1990 e a cobertura midiática constante desses crimes, assim como os altos níveis de crimes contra o patrimônio e o poder reunido por organizações criminosas como o PCC, desempenharam um papel crucial na formação de uma representação pública dos moradores das periferias, na qual a figura do “bandido” se multiplicou na sociedade (Feltran, 2011). Isso foi seguido por processos de incriminação preventiva de certos tipos sociais (Misse, 2010), geralmente homens negros jovens, e pela “estigmatização territorial” das periferias como um todo (Wacquant, 2007; Autor, 2022c).

O outro lado dessa mudança nas dinâmicas da violência urbana é o que Feltran (2011) se refere como a “expansão do mundo do crime”. Desde meados da década de 1990 e mais intensamente nos anos 2000, o “mundo do crime” em São Paulo passou a ser dominado por uma facção criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital (PCC), que se originou no sistema penitenciário, foi alimentada pelo encarceramento em massa e monopolizou o comércio de drogas nas favelas e periferias do estado (Feltran, 2018). Assim, o “mundo do crime” pôde estabelecer uma disputa por legitimidade social nas periferias através de uma organização discursiva e normativa.

⁴ Na década de 2000, os crimes contra a vida começam a cair, em uma tendência que permanece até hoje. No entanto, os crimes contra o patrimônio seguem em alta constante. Para mais detalhes, ver Fontes (2022c).

O núcleo do regime de poder liderado por Bolsonaro é formado por grupos políticos e econômicos que operam mercados ilegais e forças policiais estaduais que vendem proteção – ou “mercadorias políticas, conforme definição de Misse (2008) – por meio de acordos, subornos e chantagens para os operadores desses mercados (Feltran, 2021). Segundo Lima (2019), em 2018, 1.469 membros das forças de segurança foram candidatos a algum cargo eletivo e 116 foram eleitos.

O discurso emanado por esse grupo, ecoado por parte da grande mídia e de maneira ainda mais forte nas redes sociais, entrelaçou-se com uma lógica autoritária de enfrentamento ao crime, há muito presente nas periferias urbanas. Durante décadas, esses territórios foram caracterizados por uma oposição entre “bandidos”, que deveriam ser removidos da vida social, e “trabalhadores”, que deveriam ser integrados (Zaluar, 2000; Feltran, 2007). Diante do enfraquecimento da identidade de “trabalhador”, como mencionado acima, às vezes esses indivíduos passaram a ser identificados como “cidadãos de bem”, ansiosos para proteger sua propriedade adquirida através de seu “trabalho duro” (Bueno et al., 2016).

O discurso em torno da democracia e do respeito aos direitos humanos para lidar com a violência urbana perdeu grande parte de seu público, enquanto um discurso que clamava pela imposição de “lei e ordem” através da força ganhou espaço. Nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg) que participei durante meu trabalho de campo, pude observar a força da ideia antiga entre os policiais “linha dura” de que “bandido bom é bandido morto” e que a polícia deveria ser “liberada” para cumprir seu papel no combate ao crime. Esse discurso é reforçado por programas policiais e canais de YouTube e outras redes sociais.

Portanto, esse discurso, baseado no autoritarismo militarista, ganhou força entre o público periférico como a única forma possível de combater o crescente poder do crime organizado e garantir a vida e, especialmente, a propriedade daqueles que vivem nas periferias urbanas. Ao mesmo tempo, ele serve aos propósitos de acumulação de recursos políticos e econômicos por membros das forças de segurança. O caráter moral desse terceiro público é marcante e a conexão lógica dele com os outros dois públicos é compreensível por esse aspecto moralizante.

O “trabalhador” “homem de família” que “respeita os valores cristãos” tem no “bandido” seu *outro* ideal e nos “acomodados” – que dependem de algum benefício estatal – ou nos “vagabundos” – que não se dedicam ao trabalho como eles – variações dos quais eles pretendem se diferenciar de modo a legitimar seu relativo sucesso econômico, ainda que seja

um sucesso imaginado. Com isso, neoliberalismo autoritário e seu caráter moralista tem sido capaz de amalgamar esses três públicos que apontam simultaneamente para a esfera econômica – por meio do público do empreendedorismo neoliberal –, para a esfera social – por meio do conservadorismo religioso e familiar – e para a esfera estatal – por meio autoritarismo militarista.

5. NOVOS PÚBLICOS PROGRESSISTAS

No campo progressista, novos públicos também surgiram devido às mudanças nas dinâmicas de mobilização social nas periferias de São Paulo. Nos anos 1990, os movimentos sociais que se mobilizaram em torno das Comunidades Eclesiais de Base e lutaram pela conquista de direitos sociais passaram por um processo de institucionalização. Eles fundaram Organizações Não Governamentais (ONGs) que começaram a trabalhar em parceria com governos locais na prestação de serviços por meio de convênios. Além disso, vários ativistas começaram a atuar dentro de espaços institucionais de participação popular, principalmente criados por governos progressistas, como Conselhos Gestores de equipamentos governamentais ou políticas públicas, Conferências Temáticas e audiências públicas para discutir temas como a alocação de recursos públicos ou políticas públicas específicas. Outros ativistas começaram a atuar dentro de partidos políticos, ocupando cargos em governos progressistas ou como articuladores locais de mandatos legislativos (Fontes, 2020b).

Esse público, que se dirige principalmente ao estado, continua sendo o principal promotor e defensor da ideia de democracia e direitos humanos como meio de melhorar as condições de vida nas periferias urbanas. Eles permanecem ativos nessas áreas e foram amplamente responsáveis por conquistas coletivas em termos de serviços públicos e infraestrutura urbana nas últimas décadas. No entanto, minhas observações nesses espaços indicam um envelhecimento dos ativistas, pois são pouco atraentes para os jovens que buscam alguma forma de engajamento político (Fontes, 2020).

Mais recentemente, um “terceiro movimento” surgiu como complemento às lutas que se opunham aos processos de mercantilização e proteção do trabalho (Fraser, 2017). Essas lutas giram em torno da libertação das opressões principalmente ligadas às questões de raça, gênero e estigmatização territorial às quais as periferias urbanas estão sujeitas. Esse movimento é representado nas periferias urbanas por um público que se organizou em torno de “coletivos culturais”. Esses coletivos, que se originaram no movimento hip-hop dos anos 1990, ganharam força através de um movimento conhecido como “literatura marginal” nos

anos 2000, que promoveu a produção cultural e literária por moradores das periferias de São Paulo (Nascimento, 2011; D’Andrea, 2013). Esse público se expandiu através de eventos culturais, principalmente saraus de poesia, que se espalharam pelas periferias de São Paulo nas últimas décadas (Fontes, 2020b). Esses movimentos emergentes do “mundo da cultura” articulam a defesa do direito à igualdade com o direito à diferença em uma agenda que busquei resumir sob o conceito de “direito à periferia” (Fontes, 2018).

Em ambos os casos, há um caráter local da ação e da articulação que busca valorizar os laços de proximidade e vizinhança, além de fortalecer as lideranças comunitárias junto a esferas sociais mais amplas a partir de sua legitimidade local. No caso do público formado em torno dos coletivos culturais esse aspecto fica evidente pela valorização da periferia como signo positivo de identidade, construído justamente em oposição à estigmatização desses territórios (Fontes, 2022b). Dessa forma, os públicos que defendem a democracia como resposta às desigualdades, os direitos humanos como resposta à violência urbana e às opressões raciais, de gênero e território valorizam o que podemos chamar de um “capital social geograficamente situado” (Blokland & Savage, 2008) como forma de se legimitar interna e externamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS PERIFERIAS ENTRE O CAPITAL SOCIAL E O CAPITAL MORAL

O discurso progressista em torno da democracia, inclusão social e direitos humanos inicialmente ganhou espaço na vida dos moradores das periferias urbanas através da luta pela consolidação das conquistas democráticas e pelo respeito aos direitos consagrados na constituição brasileira de 1988. No entanto, a esperança na promessa democrática vem perdendo força, mesmo entre setores da esquerda, devido à falta de representação política das elites e à incapacidade delas de resolver os problemas estruturais do Brasil, especialmente os relacionados à vida urbana, como apontaram as manifestações de junho de 2013 (Andrés, 2022). Complementando e desafiando esse público tradicionalmente de esquerda, emergiu um novo público com novas formas de expressão cultural desenvolvidas nas periferias urbanas, organizadas em pequenos coletivos culturais. Este novo público direcionou seu foco para a sociedade, e não para o Estado, como o espaço de luta contra as opressões. É digno de nota a dificuldade do campo progressista para encontrar um discurso e formar um público em torno da esfera econômica que possa substituir o público sindical.

Por outro lado, o bolsonarismo encontrou terreno fértil nas periferias urbanas, em torno de três públicos formados nas últimas décadas: o empreendedorismo neoliberal

inserido na precariedade urbana, o conservadorismo religioso e familiar, e o autoritarismo militarista. O discurso de Bolsonaro, consolidado sob o slogan “Deus, pátria, família e liberdade”, sintetiza essa visão de mundo. O uso de ferramentas digitais e notícias falsas para espalhar suas ideias desempenhou um papel crucial na conquista de votos, mas esse discurso só prosperou porque encontrou apoio em públicos que já existiam entre as classes populares urbanas.

No entanto, uma última questão deve ser respondida antes de concluir este texto: quais elementos articulam de maneira coerente essas visões de mundo em cada campo analisado?

No lado progressista, é possível dizer que o elemento comum que pode conectar esses públicos reside na valorização do capital social geograficamente situado nas periferias. Blokland e Savage (2008) buscam ir além do caráter meramente instrumental implícito na noção de capital social de Bourdieu e apontam para a importância de contextualizar esse conceito para discutir questões como confiança, reciprocidade e cooperação. Seja entre o público envolvido em formas mais institucionais de participação social ou entre o público engajado em coletivos culturais, a valorização das relações sociais locais e a própria ideia das periferias como um lugar para construir laços sociais e atuar politicamente são centrais (Fontes, 2020b; 2022a).

O perfil socioeconômico típico desses públicos progressistas que observei nos últimos oito anos de pesquisa nas periferias urbanas de São Paulo pode ser descrito como uma espécie de elite cultural e política das periferias. Ou, pelo menos, é o que aspiram ser. Além de serem líderes comunitários ou “articuladores culturais”, esse grupo aproveitou as oportunidades educacionais oferecidas nas últimas décadas para buscar diplomas universitários e expandir seu acesso a outras formas de capital cultural, anteriormente restritas a grupos econômicos mais privilegiados, tornando-se o que Gramsci chamaria de intelectuais orgânicos. No entanto, em vez de buscar uma maior aproximação com a elite cultural da classe média e alta, esse grupo tem procurado valorizar a “cultura periférica” como um sinal de distinção e uma forma de fortalecer suas conexões com seu território (Fontes, 2020; 2022a).

Por outro lado, o perfil típico dos públicos em que circulam discursos neoliberais, conservadores e autoritários projeta uma autoimagem de “elite econômica” das periferias. É uma posição ambígua, pois eles são ao mesmo tempo a “elite da pobreza”, da qual desejam se diferenciar, e a “ralé” da classe média (Arendt, 1951), à qual pretendem se assemelhar.

Eles querem ser melhores do que seus vizinhos “preguiçosos” ou aqueles que desfrutam de uma “vida fácil” no crime. Muitas vezes, desejam se mudar da periferia para se livrar do estigma que esses territórios carregam (Fontes, 2022a). Portanto, eles se veem em um patamar moral superior e, por isso, merecem mais sucesso econômico. Dessa forma, o elemento unificador deste grupo reside no que podemos chamar de “capital moral”.

Bourdieu (1984) aponta que a característica distintiva da pequena burguesia não está no seu capital econômico, cultural ou social, uma vez que esse grupo possui quantidades limitadas de cada um. Portanto, os indivíduos pertencentes a esse grupo priorizam sua capacidade de fornecer “garantias morais” como forma de justificar suas aspirações sociais. Assim como a pequena burguesia, o grupo analisado aqui busca compensar sua falta de outros capitais através de sacrifícios, privações, renúncias e boa vontade. Ao analisar as relações econômicas nas periferias argentinas, Wilkis (2018) argumenta que o “capital moral” deve ser lido como um subtipo de capital simbólico, através do qual se pode criar um “ranking social” baseado na moralidade percebida dentro de um determinado grupo. A acumulação de capital moral proporcionaria legitimidade para certas pessoas acessarem posições de poder na sociedade.

No entanto, a hierarquia proporcionada pelo capital moral é instável e precisa ser continuamente reafirmada. Assim, o reforço de elementos morais relacionados ao empreendedorismo neoliberal – a noção de “trabalho duro” como meio de mobilidade social, em oposição aos “favores” do Estado – ao conservadorismo religioso e familiar – em oposição às novas formas de sexualidade, emancipação feminina e outras configurações familiares – e ao autoritarismo militarista – que defende uma ação dura e inflexível contra aqueles que ameaçam a lei e a ordem – encontra forte ressonância nesses grupos.

No contexto da grave crise econômica vivida pelo Brasil após 2015, muitos de meus interlocutores de pesquisa, especialmente homens que tradicionalmente se orgulhavam do papel de “trabalhadores” e “provedores” de suas famílias, buscaram explicações para seus fracassos no enfraquecimento dos valores morais que os formaram de um ponto de vista ético e moldaram suas visões de mundo. Assim, condenam o “declínio moral generalizado” que observam no aumento do crime, da violência, da corrupção e da impunidade na política nacional, e culpam esses elementos por seu insucesso (Fundação Tide Setubal, 2019).

As periferias são complexas e cada vez mais heterogêneas em termos de status socioeconômico e visões de mundo. Observar e analisar essa complexidade é essencial para

evitar análises superficiais que tendem a culpar os pobres pelo avanço da agenda neoliberal autoritária ou romantizar a pobreza e sua resistência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, [s. l.], v. 38, n. 01, p. 185–213, 2019.
- ALMEIDA, Ronaldo. Religião na metrópole paulista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 19, n. 56, p. 15–27, 2004.
- ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana Magalhães Pinto. Brasil, neoliberalismo híbrido. **Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 655–674, 2022. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1180..>
- ANDRÉS, Roberto. **A razão dos centavos: Crise urbana, vida democrática e as Revoltas de 2013**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2023.
- ARENDT, Hannah. **The origins of totalitarianism**. New York: Harcourt, Brace and Co., 1951.
- BLOKLAND, Talja; SAVAGE, Michael (org.). Social capital and networked urbanism. *In: Networked urbanism: social capital in the city*. Aldershot, England ; Burlington, VT: Ashgate, 2008. p. 1–22.
- BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Pierre. **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. Cambridge, Mass: Harvard Univ. Press, 1984.
- BROWN, Wendy. Neoliberalism’s Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century “Democracies”. **Critical Times**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 60–79, 2018. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/critical-times/article/1/1/60/139328/Neoliberalism-s-Frankenstein-Authoritarian-Freedom..>
- BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism’s stealth revolution**. First Edition. New York: Zone Books, 2015.
- BRUFF, Ian. The Rise of Authoritarian Neoliberalism. **Rethinking Marxism**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 113–129, 2014. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08935696.2013.843250>.
- BUENO, Samia *et al.* Excluir para legitimar: a disputa dos significados da segurança pública nas políticas de participação em São Paulo. *In: OLIVEIRA JUNIOR, Almir de (org.). Instituições participativas no âmbito da segurança pública: programas impulsionados por instituições policiais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **City of walls: crime, segregation, and citizenship in São Paulo**. Berkeley: University of California Press, 2000.
- CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- CHAGURI, Mariana Miggiolaro; DO AMARAL, Oswaldo E. The Social Base of Bolsonaroism: An Analysis of Authoritarianism in Politics. **Latin American Perspectives**, [s. l.], v. 50, n. 1, p. 32–46, 2023. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X231152245>.
- CHAGURI, Mariana; M. CAVALCANTE, Sávio; NICOLAU NETTO, Michel. conservadorismo-liberal no Brasil de Bolsonaro: a força da articulação no contexto de pandemia. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 285–307, 2021. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/127240>.
- CÔRTEZ, Mariana. A REVOLTA DOS BASTARDOS: do Pentecostalismo ao Bolsonaroismo. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 34, p. e021025, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/46419>.

- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, [s. l.], v. 3, n. 5, 2004.
- D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **The new way of the world: on neoliberal society**. London ; New York: Verso, 2013.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade**. 2ªed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2018.
- FELTRAN, Gabriel. Polícia e política: o regime de poder hoje liderado por Bolsonaro – Novos Estudos. *In*: BLOG NOVOS ESTUDOS CEBRAP. 2021. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/policia-e-politica-o-regime-de-poder-hoje-liderado-por-bolsonaro/>.
- FELTRAN, Gabriel. “The revolution we are living”. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 12–20, 2020. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/708628>.
- FELTRAN, Gabriel. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Revista temáticas**, [s. l.], v. 30, p. 11–50, 2007.
- FELTRAN, Gabriel. Transformações sociais e políticas na periferia de São Paulo. *In*: KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo (org.). **São Paulo: novos percursos e atores (sociedade cultura e política)**. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011. p. 347–373.
- FONTES, Leonardo. **A EMERGÊNCIA DO EMPREENDEDORISMO PERIFÉRICO: A FORMAÇÃO DE NOVAS SUBJETIVIDADES EM MEIO AO MERCADO, AO ESTADO E À SOCIEDADE NAS MARGENS URBANAS**. [s. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6817/version/7211>.
- FONTES, Leonardo. BETWEEN DREAMS AND SURVIVAL: The (Dis)Embeddedness of Neoliberalism among Entrepreneurial Workers from São Paulo’s Peripheries. **International Journal of Urban and Regional Research**, [s. l.], v. 48, n. 3, p. 506–522, 2024. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2427.13218>.
- FONTES, Leonardo. Beyond the Institutional Order: Culture and the Formation of New Political Subjects in the Peripheries of São Paulo. **Latin American Perspectives**, [s. l.], v. 47, n. 5, p. 79–93, 2020a. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X20933971>.
- FONTES, Leonardo. Da formação cultural à mobilização social: espaços de formação e mobilização ao longo de três gerações nas periferias de São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s. l.], n. 109, p. 51–101, 2020b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452020000100051&tlng=pt.
- FONTES, Leonardo de Oliveira. Histórias de quem quer fugir e de quem quer ficar: laços comunitários nas cambiantes periferias de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 37, n. 109, p. e3710902, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092022000200503&tlng=pt.
- FONTES, Leonardo. **O direito à periferia: experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores periféricos de São Paulo**. 2018. Tese de doutorado - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

- FONTES, Leonardo. Padrões e Modos de Vida: Mobilidade Social nas Periferias de São Paulo (2000-2016). **Dados**, [s. l.], v. 65, n. 4, p. e20200132, 2022a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582022000400206&tlng=pt.
- FONTES, Leonardo. Pandemia, periferias e as formas elementares da vida social. **Desigualdade & Diversidade**, [s. l.], v. 20, n. 1, 2021a.
- FONTES, Leonardo. Trabalhadores e periféricos: identidades em (des)construção nas periferias de São Paulo*. **e-cadernos CES**, [s. l.], n. 36, 2021b. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/6649>.
- FONTES, Leonardo. VIOLÊNCIA, TRABALHO E PERIFERIA: conflitos morais e convívios nas fronteiras entre dois mundos. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 35, p. e022035, 2022b. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35924>.
- FOUCAULT, Michel. **The birth of biopolitics: lectures at the Collège de France, 1978-79**. tradução: Graham Burchell. Paperback edition. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2008. (Michel Foucault's lectures at the Collège de France).
- FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing. **Social Text**, [s. l.], n. 25/26, p. 56–80, 1990.
- FRASER, Nancy. Why Two Karls are Better than One: Integrating Polanyi and Marx in a Critical Theory of the Current Crisis. **Working Paper der DFG-Kollegforscher_innengruppe Postwachstumsgesellschaften**, [s. l.], v. 1, 2017.
- FREEMAN, Carla. **Entrepreneurial selves: neoliberal respectability and the making of a Caribbean middle class**. Durham: Duke University Press, 2014. (Next wave : new directions in women's studies).
- FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **O conservadorismo e as questões sociais**. São Paulo: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>.
- GAGO, Veronica. What are popular economies?: Some reflections from Argentina. **Radical Philosophi**, [s. l.], v. 2, n. 02, p. 32–38, 2018.
- GALVÃO, Andréia *et al.* REFORMA TRABALHISTA: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 32, n. 86, p. 253, 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/30691>.
- HABERMAS, Jürgen. **The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of Bourgeois society**. Cambridge: The MIT Press, 1989.
- HALL, Stuart. Authoritarian populism: A reply to Jessop *et al.* **New Left Review**, [s. l.], v. 151, n. 1, p. 115–123, 1985.
- HENDRIKSE, Reijer. Neo-illiberalism. **Geoforum**, [s. l.], v. 95, p. 169–172, 2018. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0016718518302057>.
- HENDRIKSE, Reijer. The Rise of Neo-Illiberalism. **Krisis | Journal for Contemporary Philosophy**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 65–93, 2021. Disponível em: <https://krisis.eu/article/view/37158>.
- JUNGE, Benjamin *et al.* Mobility Interrupted: A New Framework for Understanding Anti-Left Sentiment Among Brazil's "Once-Rising Poor". **Latin American Politics and Society**, [s. l.], v. 65, n. 2, p. 1–30, 2023. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S1531426X22000462/type/journal-article>.
- KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LIMA, Renato Sérgio de. Eleições de policiais no Brasil e a força do "partido policial". *In*: RUEDIGER, Marco Aurélio; LIMA, Renato Sérgio de (org.). **Segurança Pública após 1988: história de uma construção inacabada**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2021.

- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Cadernos CRH**, [s. l.], v. 15, n. 37, p. 81–109, 2002.
- MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. São Paulo, SP: Todavia, 2020.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, [s. l.], v. 79, p. 15–38, 2010.
- MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 371–385, 2008.
- NASCIMENTO, Érica. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana**. 2011. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Why and How Precarious Workers Support Neo-Illiberalism. In: MILBERG, William; LIESS, Thomas (org.). **Beyond Neoliberalism and Neo-illiberalism: Economic Policies and Performance for Sustainable Democracy**. New York: The New School for Social Research, 2023. p. 41–61.
- POLANYI, Karl. **The great transformation: the political and economic origins of our time**. 2nd Beacon Paperback eded. Boston, MA: Beacon Press, 2001.
- RICHMOND, Matthew A; MCKENNA, Elizabeth. Placing the peripheries within Brazil's rightward turn: Socio-spatial transformation and electoral realignment, 2002–2018. **Environment and Planning C: Politics and Space**, [s. l.], p. 239965442311771, 2023. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/23996544231177142>.
- ROCHA, Camila; MEDEIROS, Jonas. Jair Bolsonaro and the Dominant Counterpublicity. **Brazilian Political Science Review**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. e0004, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212021000300701&tlng=en.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TOMMASI, Livia De; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 34, n. 99, p. 353–372, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200353&tlng=pt.
- WACQUANT, Loïc J. D. **Prisons of poverty**. Expanded. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009. (Contradictions, v. v. 23).
- WACQUANT, Loic. Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. **Thesis Eleven**, [s. l.], n. 91, 2007.
- WILKIS, Ariel. **The moral power of money: morality and economy in the life of the poor**. Stanford, California: Stanford University Press, 2018. (Culture and economic life).
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Leonardo de Oliveira Fontes realizou todo o trabalho de pesquisa, análise, escrita e revisão do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autoras declara que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DO AUTOR DO PAPER: Leonardo de Oliveira Fontes é professor do departamento de Sociologia da Unicamp e pesquisador do Núcleo de Etnografias Urbanas do Cebrap. Possui doutorado pelo IESP/UERJ e pós-doutorado pelo Cebrap.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.